

INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA

Escola Superior de Altos Estudos

Parentalidade e resiliência em
casais com filhos a frequentar o primeiro ciclo

Rute Maria Vitorino Rodrigues Pires

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica,
Ramo de Especialização em Psicoterapia e Psicologia Clínica

Coimbra, 2014

Parentalidade e resiliência em
casais com filhos a frequentar o primeiro ciclo

Rute Maria Vitorino Rodrigues Pires

Dissertação Apresentada ao ISMT para Obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Clínica,
Ramo de Especialização em Psicoterapia e Psicologia Clínica
Orientadora: Professora Doutora Maria dos Anjos Dixe, Professora Coordenadora, Instituto
Politécnico de Leiria

Coimbra, setembro de 2014

Agradecimentos

Gostaria de expressar o meu mais sincero e profundo "*Obrigada*" a todos aqueles que tornaram possível a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, à Professora Doutora Maria dos Anjos Dixe, agradeço a imensa dedicação, paciência, compreensão e amizade, encorajando-me e mostrando-se disponível para me ajudar bem como pela sua capacidade de escuta e de apoio incansável que se revelaram essenciais permitindo-me um enriquecimento e crescimento pessoal e profissional.

Ao Agrupamento de Escolas Domingues Sequeira de Leiria e aos pais que participaram neste estudo, agradeço a disponibilidade e permissão da recolha de dados, sem os quais não teria sido possível a realização deste trabalho.

A minha família, muito em especial às minhas filhas e ao meu marido, porque sem eles teria sido impossível ter chegado até aqui.

À Diana e à Daniela pela sua paciência, e por muitas das vezes me verem cansada, sempre tiveram palavras de encorajamento acreditando que iria conseguir.

Ao José Rui, que ao longo destes anos sempre acreditou em mim, mais do que eu própria, ao seu infinito amor.

A todos um,
Muito Obrigada

Resumo

Introdução: A parentalidade é possivelmente a tarefa mais complexa e desafiante da vida adulta. É uma etapa da vida do ser humano que solicita modificações e reformulações a um nível cognitivo, biológico, social e afetivo. Exige ao casal uma adaptação de identidade, quer conjugal, quer individual. O exercício da parentalidade intervém ao nível da promoção da saúde e bem-estar da criança, denotando-se que a sua influência pode comprometer o desenvolvimento físico e emocional da mesma.

Metodologia: Com este estudo correlacional pretendeu-se avaliar a coparentalidade, os estilos parentais, resiliência, dificuldades e as necessidades dos casais com filhos a frequentar o primeiro ciclo e avaliar as diferenças nas perceções da coparentalidade, estilos parentais e resiliência nos casais com filhos a frequentar o primeiro ciclo.

Recorreu-se a uma amostra de 38 casais com filhos a frequentar o primeiro ciclo. Para a avaliação das variáveis em estudo aplicou-se um Questionário constituído por dados sociofamiliares, dificuldades, necessidades e escalas da Coparentalidade, Dimensões e Estilos Parentais e a de Resiliência para Adultos.

Resultados: Os progenitores são mais cooperantes e praticam com mais frequência o estilo parental democrático. Quanto às diferenças no casal, o marido perceciona a sua esposa como mais cooperante do que a esposa perceciona o seu marido, no estilo parental, o marido pratica com mais frequência o estilo parental autoritário e perceciona a sua esposa a praticar com mais frequência o estilo parental democrático e autoritário. Na resiliência, a média dos maridos é superior a média das esposas, no entanto o estudo indica que não existem diferenças entre o casal.

Conclusão: Concluimos que apesar dos casais em média apresentarem bons índices na parentalidade e resiliência, revelam dificuldades, principalmente nas áreas de educação e disciplina, manifestando a necessidade de conhecer melhor os seus filhos.

Com o intuito de harmonizar as intervenções e formações a partir do que sentem, pensam ou como se comportam, concluimos que é imprescindível ouvir os casais quanto às suas dificuldades e necessidades, procurando responder as suas necessidades.

Palavras-chave: parentalidade; coparentalidade; estilos parentais; resiliência.

Abstract

Introduction: Parenthood is possibly the most complex and challenging task of adulthood. It is a stage of human life that involves modifications and reformulations to a cognitive, biological, social and emotional level, and requires an adaptation of the marital or individual identity. The exercise of parenting interferes with the promotion of health and well-being of the child, realizing that its influence may compromise his physical and emotional development.

Methods: This correlational study sought to assess the co-parenting, parenting styles, resilience, difficulties and needs of couples with children attending the first cycle and also assess differences in perceptions of coparenting, parenting styles and resilience of couples with children attending the first cycle.

We used a sample of 38 couples with children attending the first cycle. To evaluate the study variables it was applied a Questionnaire containing social-family data, difficulties, needs and scales of co-parenting, Parenting Styles and Dimensions and Resilience for Adults.

Results: The parents are more cooperative and practice more often a democratic parenting style. As for the differences in the couple, the husband recognizes his wife as more cooperative than the wife identifies her husband, in the parenting style, the husband practices more often an authoritarian parenting style and senses his wife to practice more often the democratic and authoritarian parenting style. As to Resilience, the average of the husbands is higher than the average of the wives, however the study indicates that there are no differences between the couple.

Conclusion: We conclude that although couples, in average, have presented good indices in parenthood and resilience, they reveal difficulties, mainly in the areas of education and discipline, expressing the need to better understand their children.

In order to harmonize the interventions and formations from what they feel, think or how they behave, we conclude that it is essential to listen to couples about their difficulties and needs, trying to answer their needs with the aim of reassuring and promoting feelings of parental competence.

Keywords: parenting; coparenting; parenting styles; resilience

*É necessário abrir os olhos
e perceber que as coisas
boas estão dentro de nós,
onde os sentimentos não
precisam de motivos, nem
os desejos de razão.
O importante é aproveitar o
momento e aprender a sua
duração pois a vida está nos
olhos de quem souber ver.*

Gabriel Garcia Marques

Índice

1.INTRODUÇÃO	1
2. MATERIAIS E MÉTODOS	12
2.1 Tipo de estudo	12
2.2 Hipóteses de investigação.....	12
2.3 População e amostra	12
2.4 Instrumentos Utilizados.....	13
2.5 Procedimentos formais e éticos	15
2.6 Análise e Tratamento dos Dados	16
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	16
4. DISCUSSÃO DE RESULTADOS	24
Conclusão.....	29
Bibliografia.....	32

Anexos

Anexos I: Características dos dados familiares, e Dificuldades e as necessidades dos pais para desempenharem o seu papel parental.

Anexos II: QCOP-Questionário da Coparentalidade

Anexos III: QDEP- Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (versão pai/mãe)

Anexos IV: ERA-Escala de Resiliência para Adultos

Anexos V: ERA- Sintaxe Escala de Resiliência para Adultos

Anexos VI: Carta ao Diretor/a do Agrupamento de Escolas Domingues Sequeira de Leiria

Anexos VII: Formulário de Consentimento Informado de Participação no Estudo

Índice de tabelas

Tabela 1: Caraterização da amostra fase aos dados pessoais dos progenitores	17
Tabela 2: Caraterização da amostra fase à coparentalidade	18
Tabela 3: Caraterização da amostra face aos estilos parentais referente ao Pai/Mãe e os percebidos pelo outro Pai/Mãe	18
Tabela 4: Caraterização da amostra face à resiliência dos progenitores	19
Tabela 5: Distribuição das respostas dos pais à questão. Que dificuldade encontra no seu papel de mãe/ pai?	20
Tabela 6: Distribuição das respostas dos pais à questão. Na sua opinião o que seria importante saber para poder desempenhar melhor o papel de mãe/pai?	21
Tabela 7: Resultado da aplicação do teste <i>Wilcoxon</i> para analisar as diferenças entre os progenitores nas dimensões da coparentalidade.....	22
Tabela 8: Resultado da aplicação do teste <i>Wilcoxon</i> para analisar as diferenças entre os progenitores nos estilos parentais na autoavaliação e heteroavaliação	23
Tabela 9: Resultado da aplicação do teste <i>Wilcoxon</i> para analisar as diferenças entre os progenitores nas dimensões da resiliência	23

Lista de Siglas

QCOP - Questionário da Coparentalidade

QDEP - Questionário de Dimensões e Estilos Parentais

ERA - Escala de Resiliência para Adultos

DP - Desvio Padrão

% - Frequência Relativa

n - Frequências Absolutas

p - p-value

SPSS - Statistical Package for Social Sciences

1. INTRODUÇÃO

A família é, indiscutivelmente, o contexto de socialização primário, sendo os pais as principais figuras de referência da criança. As relações familiares são as mais precoces e as mais duradouras que o ser humano vivência, sendo essas relações as mais influenciadoras do desenvolvimento dos seus filhos (Dessen e Polonia, 2007; Pacheco, Silveira e Schneider, 2008). É através do padrão de relação precoce entre pais e filhos que se estabelece a forma como nos relacionamos connosco e com o que nos rodeia.

O exercício da parentalidade intervém ao nível da promoção da saúde e bem-estar da criança, denotando-se que a sua influência pode comprometer o desenvolvimento físico ou emocional da mesma; por isso os pais são os principais agentes da saúde emocional dos seus filhos (Strech, 2002).

Poletto e Koller (2008) referenciam que as famílias que manifestam comportamentos de apoio, estabilidade, coesão, nas quais as relações são permeadas de afeto, equilíbrio, poder, disciplina consistente e de cuidados adequados potenciam a resiliência. É através destas interações positivas que o indivíduo constrói uma estruturação psíquica adequada à inserção social, onde a resiliência é promotora das capacidades ligadas aos recursos internos, e externos, como o suporte social e afetivo, podendo deste modo ser apresentada como um fenómeno, um modo de funcionamento ou um processo, que possibilita reagir positivamente às situações adversas (Laranjeira, 2007; Vilelas, Lucas, Silva, Nunes e Neves, 2013).

Acrescentam ainda Poletto e Koller (2008) que a família protetora proporciona o alicerce necessário para a socialização, o que promove o desenvolvimento de fatores de proteção. Desta forma torna-se necessário estudar os comportamentos parentais bem como as ideias que orientam a sua ação dado que se convertem em poderosos determinantes do desenvolvimento dos filhos. Assim sendo, importa então conhecer as características e particularidades das ideias e comportamentos praticados pelos pais, uma vez que a forma como exercem a sua função parental pode variar e influenciar muito o desenvolvimento dos filhos.

A parentalidade é entendida pela comunidade científica como sendo o conjunto de atividades propositadas no sentido de garantir a sobrevivência e o desenvolvimento da criança, num ambiente seguro, que propicie a sua socialização e a torne progressivamente mais autónoma (Barroso e Machado, 2010).

Alarcão (2006) refere que a parentalidade é a segunda etapa do ciclo vital da família e é marcada pelo nascimento do primeiro filho. É nesta altura que surgem dois novos subsistemas, o parental e o filial, mas também novas funções, novas tarefas e um conjunto de

reorganizações relacionais, intra-familiares e inter-familiares. É um processo de adaptação e de desenvolvimento humano, que envolve modificações e reformulações a um nível cognitivo, biológico, social e afetivo. A chegada de um filho é causa de grande transformação na vida de um casal. Esta transição representa profundas mudanças.

Nesta etapa desenvolvimental as novas significações e representações exigem ao casal uma adaptação de identidade, quer conjugal, quer identidade individual. O que implica um investimento a nível emocional que cada um tem de fazer por si próprio neste seu novo papel (Leal e Maroco, 2010).

A parentalidade é descrita como uma das tarefas mais complexas, difíceis e com maiores desafios e responsabilidades para o ser humano. Integra um conjunto de funções atribuídas aos pais para que eles possam zelar, cuidar, ajudar a crescer, formar e apoiar as suas crianças. Compreende, na verdade, todos os papéis que os pais devem conhecer e saber, e inclusivamente desejar, no que respeita à promoção do desenvolvimento dos filhos (Barroso e Machado, 2010).

O comportamento parental é influenciado pelo que cada um dos pais traz consigo para o contexto familiar, as características de personalidade e o grau de maturidade. Todos estes aspetos resultam de uma história pessoal. A cultura na qual os pais foram educados, os valores e as crenças transmitidos pelas famílias de origem, bem como a sociedade atual em que eles vivem, influenciam a maneira como educam seus filhos (Alarcão 2006).

É no ambiente familiar que os filhos inicialmente adquirem os seus valores, crenças, atitudes, normas e comportamentos considerados culturalmente adequados. Os autores referenciam ainda que independente da cultura, grupo social ou estrutura familiar, são os pais que reforçam os comportamentos dos seus filhos, indicando se estes são ou não apropriados (Pacheco et al., 2008).

É no seio da família que a criança vai adquirir toda uma herança cultural, com valores próprios que irão influenciá-los pela vida fora, isto é, o modo como a criança se situa e interage na sociedade, mesmo em idade adulta. Desta forma, será através da identificação com os pais e demais membros da família, bem como as reações destes ao seu comportamento, que a criança tem o seu primeiro contacto com o mundo (Falcke, Rosa e Steigleder, 2012).

É na família que se desempenha as funções educativas e emocionais que são fundamentais no desenvolvimento da criança. É na qualidade da relação entre pais e filhos que se desenvolve o seu bem-estar afetivo (Coutinho, 2004).

Houzel (2004) define a parentalidade em três dimensões que funcionam a diferentes níveis: o exercício, a experiência e a prática da parentalidade. O exercício remete para a identidade da parentalidade nos seus aspetos fundadores e organizadores, ou seja, a função que define e organiza, situando cada pessoa nos seus laços parentescos transmitindo as regras e valores. A experiência refere-se às funções da parentalidade e aos aspetos subjetivos conscientes e inconscientes do processo de parentalização. Compreende as modificações psíquicas que se produzem nos pais no decorrer do processo da sua transição para a parentalidade. Relativamente à prática, encontramos as qualidades de parentalidade e os aspetos mais ou menos observáveis, as tarefas quotidianas que os pais exercem junto da criança, englobando as interações afetivas nas relações entre os pais e seu filho. Estas três dimensões articulam-se entre si e definem o processo de constituição de um lugar parental.

A parentalidade não é estática pois está em constante desenvolvimento e crescimento. O papel parental vai-se desenvolvendo ao longo do ciclo vital e vai mudando de acordo com as fases de crescimento e desenvolvimento da criança; cuidar de um recém-nascido de uma criança em idade pré-escolar, em idade escolar ou de um adolescente, implica responsabilidades e disponibilidades parentais diferentes (Reis, 2007).

No âmbito da parentalidade surge um outro termo importante que é a coparentalidade que se refere à forma como os pais coordenam os seus papéis parentais, como se apoiam, ou não, e como gerem o conflito face à educação dos filhos, ou seja, é a responsabilidade conjunta pelo bem-estar de uma criança (Feinberg, 2002).

As bases para a construção da coparentalidade estão presentes nos pais e serão acionadas de acordo com o desenvolvimento individual e com o momento do ciclo vital do casal. A coparentalidade abrange uma série de fatores que pode ou não ser impeditiva do desenvolvimento saudável da família. Envolve ações que influenciam o casal e que dizem respeito às responsabilidades partilhadas relativas ao desenvolvimento, educação e cuidados da criança (Feinberg, 2003). Cada cônjuge necessita constituir disponibilidades internas e externas para avaliar e responder às exigências do parceiro e do filho. A negociação de rotinas e estabelecimento de limites fazem parte da dinâmica que compõe a família e as suas relações (Prati e Koller, 2011).

O presente estudo baseia-se no modelo de Margolin, Gordis e John (2001). Este modelo considera que a coparentalidade é constituída por três dimensões principais: a cooperação, a triangulação e o conflito.

A dimensão cooperação refere-se ao quanto os pais se apoiam, valorizam e respeitam um ao outro, enquanto pais. A cooperação reflete um sentimento comum das responsabilidades

dos pais e a garantia de que o outro pai é fisicamente e emocionalmente disponível para a criança. São relações de equilíbrio que permitem a possibilidade de ambos os pais interagirem com os filhos individualmente, mesmo com o outro progenitor presente (Prati e Koller, 2011).

A triangulação diz respeito ao grau em que um dos pais cria uma aliança com o filho que menospreza ou exclui o outro progenitor ou põe em causa a sua autoridade parental, envolvendo as crianças nas soluções dos seus desentendimentos. Esta dimensão está associada a elevados níveis de conflito interparental e retrata a extensão em que um dos progenitores incentiva o desrespeito da autoridade do outro progenitor por parte do filho, dificultando que esse participe na educação do filho (Feinberg, 2002).

O conflito diz respeito às divergências entre os pais relativamente às questões da parentalidade, à frequência com que os pais discutem ou estão em desacordo acerca do filho e o quanto se menosprezam mutuamente enquanto pais, não conseguindo administrar seus próprios conflitos e expondo a criança a situações de hostilidade. As relações de coparentalidade baseadas em conflitos estão fortemente associadas a problemas comportamentais e emocionais das crianças e adolescentes (Feinberg, 2003; Prati e Koller, 2011).

Um sistema coparental funcional acontece quando os parceiros encontram meios de acomodar as suas preferências e os seus estilos individuais. A essência da coparentalidade envolve apoio mútuo e comprometimento em criar uma criança. A coparentalidade é, então, vista como um importante fator no desenvolvimento da criança e na qualidade da relação que esta estabelece com os pais. É na qualidade destas relações inter-familiares que existe uma melhor adaptação ao meio envolvente (Feinberg, 2003).

O modo como a parentalidade é exercida nas famílias é explicado, em parte, pelos estilos parentais predominantes e pela qualidade da relação coparental (Coutinho, 2004; Pacheco et al., 2008).

Por outro lado Darling e Steinberg (1993) definem um modelo integrador dos estilos parentais como, o conjunto de atitudes que são comunicadas à criança e que criam um clima emocional, em que os comportamentos dos pais são expressos e no qual se desenvolvem as relações entre pais e filhos. Para se poder compreender a forma como os estilos parentais educativos influenciam o processo de desenvolvimento e de socialização da criança, surge a necessidade de distinguir as práticas e os estilos parentais.

As práticas parentais dizem respeito a comportamentos de interação específicos. São estratégias com o objetivo de suprimir comportamentos considerados inadequados ou de

incentivar a ocorrência de comportamentos adequados. Assim, as práticas educativas são conhecidas como estratégias educativas ou de socialização, que incluem técnicas utilizadas pelos pais para orientar o comportamento das crianças, isto é, as práticas parentais têm um efeito direto nos comportamentos específicos das crianças (Weber, Prado, Viezzer e Brandenburg, 2004).

Os estilos parentais educativos referem características globais do relacionamento entre pais e filhos. São entendidos como variáveis de caráter mais abrangente relativamente constantes ao longo do tempo e das situações, no qual as práticas mais específicas ganham expressão de acordo com os valores e objetivos dos pais. Objetivos e valores que correspondem aos processos cognitivos parentais que englobam as expectativas, as crenças, os pensamentos, as ideias e as percepções que os pais têm e desenvolvem sobre o crescimento dos seus filhos (Miguel, Valentim e Carugati, 2009).

Assim, o comportamento é influenciado e tornado relevante através das atitudes que lhe estão subjacentes, mas estas são expressas através do estilo parental, daí que facilmente se deduza que as práticas parentais (comportamentos) são exercidas a partir da avaliação dos estilos parentais (atitudes), ou seja, é através da avaliação dos estilos parentais que é possível perceber quais as práticas educativas exercidas pelos pais. É o que nos diz o modelo integrativo de Darling e Steinberg (1993).

Podemos entender que os estilos parentais são manifestações dos pais para com os seus filhos que caracterizam a natureza da sua interação. Constituem-se como um conjunto de atitudes parentais que incluem as práticas educativas e a dimensão afetiva. Desta forma é perceptível que os estilos parentais educativos comuniquem à criança uma vertente emocional, sendo o comportamento parental condicionado pela relação emocional que existe entre pais e filhos (Darling e Steinberg, 1993).

Diana Baumrind (1966) desenvolveu os primeiros estudos acerca da parentalidade. Segundo Baumrind os estilos parentais podem ser classificados com base em duas características: exigência e responsividade. Com base nestas duas características a autora construiu o modelo teórico que contribuiu para a identificação de três estilos parentais que se acredita serem decisivos no processo de desenvolvimento das crianças e jovens: o estilo democrático, o estilo autoritário e o estilo permissivo (Zeinali, Sharifi, Enayati, Asgari e Pasha, 2011).

Definiu o estilo democrático como sendo aquele que abrange pais que são exigentes e responsivos. São pais com um elevado nível de exigência e um elevado nível de capacidade de resposta. Procuram estabelecer limites, regras claras e consistentes, exercendo um controlo

firme de forma racional. Valorizam tanto a obediência como a autonomia dos seus filhos (Miguel et al., 2009). O poder parental é utilizado para monitorizar os comportamentos dos filhos de forma equilibrada e não punitiva, com o objetivo de corrigir as atitudes consideradas negativas e valorizar as positivas.

A comunicação pais-filhos é clara e aberta, baseando-se no respeito mútuo e é encorajada a tomada de decisões, solicitando os pais a opinião dos filhos quando conveniente. Estes pais reconhecem os seus direitos como adultos mas também respeitam os direitos e as particularidades dos seus filhos (Baumrind, 1966, 1991). São pais afetuosos e empenhados cognitivamente, proporcionando um ambiente estimulador e desafiante, assumindo uma postura de apoio face às necessidades dos filhos (Campos e Cruz, 2011). É um estilo equilibrado, onde as figuras parentais utilizam padrões firmes de controlo nos pontos de divergência, colocando a sua perspetiva de adulto, sem diminuir a criança, adotando uma postura de escuta ativa (Miguel et al., 2009).

Os pais democráticos dão autonomia aos seus filhos, no entanto estabelecem fronteiras claras nos vários domínios em que podem conceder a autonomia, de acordo com o seu nível de maturidade e responsabilidade, o que leva a maiores índices de exploração e desenvolve uma maior autoestima (Campos e Cruz, 2011).

O estilo parental permissivo é definido como sendo aquele que revela níveis de controlo e exigência baixos, sendo os níveis de afeto e de responsividade moderados ou mesmo elevados. Os pais permissivos evitam exercer controlo e não encorajam a obediência quanto ao comportamento da criança. Manifestam dificuldade em afirmar regras e limites de forma consistente aceitando como prioridades a satisfação e os desejos da criança. São centrados nas necessidades e desejos imediatos dos seus filhos (Weber et al., 2004). São pais que fazem poucas exigências de maturidade e permitem que as crianças sejam autónomas no que diz respeito às suas próprias decisões, pelo que ficam entregues a si mesmo sem uma fonte segura de auxílio que as direcione, quando necessário (Miguel et al., 2009).

No estilo permissivo quando existe a necessidade de manter o controlo do comportamento da criança, os pais tentam obter a cooperação da mesma através do uso de explicações ou de manipulação, não usam o poder que detêm de forma adequada, por vezes tornam-se violentos quando perdem o controlo da situação (Baumrind, 1966, 1991).

A pouca estimulação, os níveis baixos de exigência e demasiada tolerância, são características do estilo permissivo. Todo este conjunto de atitudes parentais cria condições para que as crianças se mostrem pouco estruturadas e, conseqüentemente, estas apresentam menos desenvolvimento em termos de auto estima, de autocontrolo e de capacidade de

exploração, o que as leva a sentirem-se excessivamente dependentes e sobreprotegidas (Campos e Cruz, 2011).

O estilo parental autoritário, ao contrário do estilo permissivo, caracteriza-se por elevados níveis de controlo e de exigência, sendo baixos os níveis de capacidade de resposta, como o apoio, a comunicação e o envolvimento da expressão afetiva (Baumrind, 1966). São pais muito exigentes, inflexíveis, que apresentam às crianças as regras e os limites de uma forma rígida e não responsiva (Weber et al., 2004). Neste estilo parental, quando os comportamentos ou crenças das crianças entram em conflito com os padrões dos pais, as atitudes punitivas e as medidas coercivas são frequentemente utilizadas, como formas de exercer o controlo comportamental dos filhos e incutir os seus próprios padrões (Miguel et al., 2009). Os pais autoritários procuram modelar, controlar e avaliar o comportamento da criança de acordo com padrões de conduta rígidos, inflexíveis e absolutos.

A comunicação destes pais para com os seus filhos é pautada por uma baixa responsividade e rejeição, dificultam e desvalorizam o diálogo. São, portanto, pais que fazem muitas exigências aos filhos, acreditando que as crianças devem aceitar o seu ponto de vista sem o questionarem, mantendo assim claro que estão numa posição distinta como pais. São pais centrados no seu próprio poder e autoridade, assumem como valor educativo a obediência e a disciplina (Baumrind, 1966).

O elevado grau de exigência e controlo parental, limita a individualidade e a autonomia das crianças. As crianças com pais com este estilo educativo, segundo Baumrind, (1966), manifestam comportamentos de maior agressividade e de insegurança tornando-se inibidas o que se associa a uma menor filiação aos pais (Campos e Cruz, 2011).

Ao longo das diferentes fases da vida da família surgem dificuldades, competências e potencialidades, que ditarão como esta enfrentará e reagirá às mudanças/crises normativas e não normativas que irão surgir (Alarcão, 2006), pelo que consideramos importante explorar aqui o conceito de resiliência.

Ao longo dos anos, têm sido diversas as definições propostas para o conceito de resiliência. A palavra resiliência tem a sua origem no latim *resiliens* que significa voltar ao estado anterior (Pinheiro, 2004). Este termo foi sugerido pelas ciências exatas para se referir à capacidade elástica dos materiais e pretendia estudar até que ponto um material sofria impacto e não se deformava. Posteriormente passou a ser utilizada na área das ciências humanas, onde se define a resiliência como a capacidade que alguns indivíduos detêm para superar as adversidades da vida, persistir a situações adversas sem perder o seu equilíbrio (Oliveira, Reis, Zanelato e Neme, 2008). É um fenómeno que é considerado dentro do

contexto de adversidade, e não é uma característica fixa ou inalterável, mas antes um processo dinâmico, complexo e adaptativo do ser humano e do seu desenvolvimento psicológico (Lewis, Searle, Sawyer, Baghurst e Hedley, 2013).

Poletto e Koller (2008) verificaram que as situações adversas aumentam a vulnerabilidade dos indivíduos. A exposição a fatores de risco aumenta os resultados negativos no seu desenvolvimento. São muitos os fatores de risco, que afetam e diminuem a sua capacidade de resiliência. Alguns dos exemplos são: acontecimentos de vida traumáticos como ser vítima de acidente grave ou de doença crónica; viver em ambiente familiar disfuncional; ter relações intrafamiliares com comportamentos parentais de abuso, negligência e violência doméstica (Connor, 2006). Estes são exemplos de alguns fatores de risco que levam a transtornos de comportamento e a perturbações psicopatologias.

Estes são também alguns dos contextos que têm sido alvo de estudo na comunidade científica. Os investigadores com estas pesquisas procuram compreender os fatores de risco e de vulnerabilidade na vida dos indivíduos, com o objetivo de os ajudar, procurando avaliar os potenciais riscos de desenvolvimento e de subsequentes patologias (Laranjeira, 2007).

Os estudos demonstram que existem indivíduos que não desenvolviam problemas psicológicos ou de adaptação social, apesar das situações traumáticas, e eram capazes de superá-las e sair mais fortalecidos (Brandão, Mahfoud e Nascimento, 2011).

Pinheiro já em (2004) corroborava este facto quando afirmou que existiam indivíduos que quando confrontados com contextos adversos se diferenciam pelo facto de alguns manifestarem uma multiplicidade de respostas adaptativas, enquanto outros manifestam transtornos de comportamento desenvolvendo perturbações a nível psicopatológico.

Em análises mais profundas de investigação Pesce, Assis, Santos, e Oliveira (2004) revelam que o risco é um processo em que a quantidade, o período de tempo da exposição ao risco e o contexto são mais importantes do que uma situação traumática grave.

Esta complexidade de comportamentos é observada pelo temperamento comportamental dos indivíduos e pela variedade do seu crescimento psíquico (Laranjeira, 2007). Neste sentido as características pessoais precisam de ser consideradas bem como os traços de personalidade, a genética, os relacionamentos com familiares e amigos, os aspetos sociais e económicos, a interação com o ambiente e ainda o estilo de práticas parentais (Pinheiro, 2004).

A influência parental nos filhos é incontestável, podendo tornar-se como potenciadora de um desenvolvimento e adaptação positiva ou, pelo contrário, de um desenvolvimento

perturbador (Rocha, 2012). Esta aparente ambiguidade é justificada pelo facto de a família ser o primeiro grupo social cuja função é determinante no desenvolvimento da criança.

Poletto e Koller (2008) referenciam que a coesão, apoio, estabilidade, afeto, equilíbrio, disciplina consistente e os cuidados adequados nas relações familiares, são fatores que potenciam a resiliência. Os autores acrescentam ainda que a família protetora proporciona o alicerce necessário para a socialização, o que promove o desenvolvimento de fatores de proteção.

Diversos autores definem três tipos de fatores protetores: individuais; familiares e sociais. Como fatores individuais incluem a autonomia; autoestima; autoconceito; autocontrolo; sentido de humor; temperamento afetuoso e flexível; competência emocional e cognitiva. Como fatores familiares consideram a coesão e a adaptabilidade familiar; estabilidade; comunicação clara e aberta; o apoio e suporte entre os membros. Os fatores sociais estão relacionados com o meio ambiente e incluem a rede de apoio social como o bom relacionamento com amigos, professores ou pessoas significativas que assumam papel de referência e que encorajem e transmitam segurança (Pesce et al., 2004; Poletto e Koller, 2008).

Vilelas et al., (2013) declaram que os fatores de proteção, ou os recursos, não eliminam as vivências traumáticas mas transformam o modo como as pessoas enfrentam as situações. São fatores que, mediante o risco, conduzem o indivíduo para uma resposta mais adequada. Quanto maior for o número de fatores de proteção mais diversidade de capacidade de resposta o indivíduo tem. Os autores afirmam que a multiplicidade de respostas e os procedimentos individuais confirmam o desenvolvimento e a maturidade psíquica, o que possibilita o crescimento e a adaptação favorável às situações adversas.

A resiliência acontece quando um indivíduo consegue superar-se ou adaptar-se diante de dificuldades, com a possibilidade de construir novos caminhos perante situações de stresse ou de situações traumáticas. Portanto, estaremos perante a capacidade de se sair bem diante de fatores potencialmente agressivos. O ser resiliente solicita uma postura de mudança para enfrentar adequadamente as adversidades. É esperado que um indivíduo resiliente possa responder de forma coerente e consistente aos desafios e dificuldades, reagindo com flexibilidade e capacidade de recuperação, assim como consiga demonstrar capacidade de resistência à frustração (Simões, 2007).

Em síntese a parentalidade é descrita como uma das tarefas mais complexas, difíceis e com maiores desafios e responsabilidades para o ser humano (Barroso e Machado, 2010). É um processo em desenvolvimento em que as funções e as necessidades dos filhos se vão

modificando ao longo do seu crescimento. Esta é uma etapa que exige modificações e reformulações a vários níveis; cognitivo, biológico, social e afetivo, exige a adaptação de identidade, quer conjugal, quer individual (Alarcão, 2006).

Algarvio e Leal (2004) afirmam que as dificuldades sentidas nos filhos, reveladoras de problemas no seu desenvolvimento, e as dificuldades associadas à função parental ou ao exercício da parentalidade, provocam sentimentos de ansiedade nos pais, os quais sentem a necessidade de encontrar respostas para fazer face as suas dificuldades.

Ao pesquisar sobre o tema, verificamos a quase inexistência de estudos sobre as dificuldades e preocupações parentais; o que se torna um paradoxo quando se tem uma extensa bibliografia relativamente a questões do desenvolvimento da criança e da sua relação com as figuras parentais na área da educação parental ou mesmo na psicopatologia. Os autores declaram que deste modo será importante pensar que é necessário fazer levantamentos sistemáticos de questões que permitam avaliar as dificuldades e as preocupações parentais, com o propósito de se ouvir os pais quanto às suas necessidades.

O impacto que a instabilidade emocional dos pais tem na vida dos filhos e as suas dificuldades, leva os técnicos de saúde e da educação a proporem diversas ações de formação ou programas de educação parental (Strech, 2008). Estas formações visam dar respostas aos pais com o objetivo de aumentar sentimentos de competência parental e de os informar e tranquilizar (Algarvio e Leal, 2004). Importa aqui salientar o papel do psicólogo no apoio à família e a formação parental. O psicólogo tem que saber ouvir as pessoas quanto às suas dificuldades o que é fundamental para se poder fazer qualquer intervenção a nível psicológico. A sua intervenção deve ser definida a partir do que as pessoas sentem, pensam ou como se comportam. É essencial que as formações e intervenções junto dos progenitores sejam adequadas, de acordo com as suas necessidades e dificuldades, para que os progenitores se sintam compreendidos e entendidos (Coutinho, 2004). Na medida em que sabemos que toda a formação, ou informação, que não é sentida como necessária não é valorizada nem considerada (Algarvio e Leal, 2004).

Entendemos ainda que o psicólogo é um agente mediador na promoção do desenvolvimento do relacionamento familiar. A importância que o relacionamento familiar tem na vida dos filhos é determinante para o desenvolvimento harmonioso da criança. O relacionamento equilibrado contribui para que a criança possa crescer num ambiente tranquilo e saudável, elevando a sua autoestima e possibilitando a construção da personalidade, incluindo valores, hábitos, crenças e altruísmo (Dessen e Polonia, 2007; Pacheco et al., 2008).

Coutinho (2004) confirma que é na qualidade da relação entre pais e filhos que se desenvolve o bem-estar afetivo da criança.

Ao longo destes dois anos de trabalho com pais de crianças a frequentar o jardim-de-infância verificamos que é fundamental criar uma boa relação com os pais e com os seus filhos, para que estes possam ter plena confiança no trabalho desenvolvido e onde as suas dificuldades e preocupações possam ser claramente expressas.

Face ao exposto os objetivos deste trabalho são:

- a) Avaliar a coparentalidade, os estilos parentais e a resiliência dos pais e mães de crianças a frequentar o primeiro ciclo.
- b) Avaliar as dificuldades e as necessidades dos progenitores para desempenhar o seu papel parental.
- c) Avaliar as diferenças nas perceções da coparentalidade dos pais e mães de crianças a frequentar o primeiro ciclo.
- d) Avaliar as diferenças entre os estilos parentais dos pais e mães de crianças a frequentar o primeiro ciclo.
- e) Avaliar as diferenças entre os fatores de resiliência dos pais e mães de crianças a frequentar o primeiro ciclo

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Tipo de estudo

Segundo Fortin (2003), um plano de investigação científica é criado com vista a obter respostas válidas às questões/hipóteses de investigação e caracteriza-se por ser um conjunto de diretivas associadas ao tipo de estudo escolhido. Este fundamenta-se num “conhecimento rigoroso, metódico e sistemático que pretende otimizar a informação disponível em torno de problemas de origem teórica ou prática, sendo a sua principal função a compreensão, explicação, predição e controlo dos fenómenos” (Almeida e Freire, 2008 p.16).

O presente estudo de investigação é o tipo não experimental e correlacional, na medida em que pretende explorar e determinar a existência de relações entre variáveis, com o intuito de as descrever (Fortin, 2003).

2.2 Hipóteses de investigação

Como objetivo de conduzir o estudo, foram formuladas algumas hipóteses de investigação que servirão como base à análise dos dados obtidos.

Hipótese 1 - Existem diferenças estatisticamente significativas entre a perceção de coparentalidade do pai e a perceção de coparentalidade da mãe.

Hipótese 2 - Existem diferenças estatisticamente significativas entre os estilos parentais entre o pai e a mãe na sua autoavaliação.

Hipótese 3 - Existem diferenças estatisticamente significativas entre os estilos parentais entre o pai e a mãe na perceção da avaliação do outro.

Hipótese 4 - Existem diferenças estatisticamente significativas entre os fatores de resiliência entre o pai e a mãe.

2.3 População e amostra

A população compreende todos os elementos que partilham características comuns, as quais são definidas pelos critérios estabelecidos para o estudo. Este método permite que se selecione um grupo de pessoas que seja representativo da população que se relacione com o fenómeno em estudo (Fortin, 2003). Neste sentido, a população alvo do estudo foram casais com filhos a frequentar o primeiro ciclo, recorrendo a amostragem não probabilística por conveniência tendo em conta os seguintes critérios.

Ter filhos a frequentar o 1º ciclo.

Ser o pai e a mãe da criança ou padrasto/madrasta, e ambos responderem aos instrumentos de colheita de dados.

Tendo por base estes critérios a amostra ficou constituída por 38 casais.

2.4 Instrumentos Utilizados

Tendo em consideração os objetivos desta investigação foi construído um questionário constituído por vários grupos:

- a) Características dos dados familiares (Anexo I).
- b) Dificuldades e as necessidades dos pais para desempenharem o seu papel parental (Anexo I).
- c) **Questionário da Coparentalidade QCOP** (Gayla M., Elana B. G. & Richard S. J., 2001, versão Portuguesa: Marta Pedro & M. Teresa Ribeiro, 2008). (Anexo II).
- d) **Questionário de Dimensões e Estilos Parentais QDEP (versão pai/mãe)** (Robinson, Mandleco, Olsen & Hart, 2001, versão Portuguesa: Miguel, Valentim & Carugati, 2009). (Anexo III).
- e) **Escala de Resiliência para Adultos ERA** (Developed by Odin Hjemdal & Oddgeir Friborg, versão Portuguesa: Pereira, Cardoso, Alves, Narciso & Canavarro, 2013). (Anexo IV).

De seguida descrevem-se as escalas utilizadas.

O Questionário **da Coparentalidade** pretende avaliar os níveis de suporte e coordenação entre ambos os pais ou figuras parentais, no que diz respeito ao desempenho das suas funções e responsabilidades na educação da criança sendo composto por 14 itens, agrupados em três dimensões diferentes que, permitem por sua vez, avaliar a coparentalidade: cooperação (itens 1 a 5), triangulação (itens 6 a 9) e conflito (itens 10 a 14).

A dimensão cooperação refere-se ao quanto os pais se apoiam, valorizam e respeitam um ao outro, enquanto pais. A dimensão triangulação diz respeito ao grau em que um dos pais cria uma aliança com o filho que menospreza ou exclui o outro progenitor ou põe em causa a sua autoridade parental. A dimensão conflito diz respeito ao conflito entre os pais relativo às questões da parentalidade, a frequência com que os pais discutem ou estão em desacordo acerca do filho e o quanto se menosprezam mutuamente enquanto pais (Margolin et al., 2001).

As respostas aos diferentes itens são dadas de acordo com uma escala de *Likert* de 5 pontos, na qual o 1 corresponde a “Nunca” e o 5 corresponde a “Sempre”, sendo que a pontuação final obtida reflete as perceções que os pais têm um do outro relativamente ao desempenho das funções parentais e suporte mútuo. Desta forma, os valores da coparentalidade correspondentes à figura materna são obtidos através das respostas da figura

paterna ao questionário e vice-versa. Este instrumento apresenta bons índices de consistência interna, relativamente às três dimensões que permite estudar, apresentando um *alpha de Cronbach* que varia de 0.69 a 0.87 (Margolin et al., 2001).

O Questionário **de Dimensões e Estilos Parentais** pretende avaliar os estilos parentais de cada um dos progenitores, bem como a perceção que cada um tem acerca das práticas parentais do outro. Este instrumento apresenta uma versão “Mãe” e uma versão “Pai”. É composto por 32 itens de autoavaliação e afirmações que dizem respeito à interação entre o pai/a mãe e a criança, e uma outra, composta de 32 itens de heteroavaliação, respeitantes à interação do cônjuge com o filho/filha. As respostas compreendem-se numa escala Likert de cinco pontos, na qual o 1 corresponde a “Nunca” e o 5 a “Sempre”, de acordo com a frequência com que ocorrem as situações descritas nas afirmações.

O instrumento teve por base a conceptualização de Baumrind (1966), que identificou três tipologias principais de estilos parentais, sendo o estilo democrático, o estilo autoritário e o estilo permissivo. O estilo democrático inclui 3 subescalas, a de apoio e afeto (itens 1; 7; 12; 14; 27), a subescala de regulação (itens 5; 11; 25; 29; 31) e a subescala de autonomia (itens 3; 9; 18; 21; 22). O estilo autoritário inclui 3 subescalas a coerção física (itens 2; 6; 19; 32), a subescala de hostilidade verbal (itens 13; 16; 23; 30) e a subescala de punição (itens 4; 10; 26; 28). O estilo permissivo é constituído por uma única dimensão indulgência (itens 8; 15; 17; 20; 24).

A versão portuguesa do QDEP, versão reduzida, apresenta bons valores de consistência interna: a dimensão democrática apresenta um *alpha de Cronbach* de 0.82, a dimensão autoritário um *alpha de Cronbach* de 0.80 e a dimensão permissivo com um *alpha de Cronbach* de 0.63.

Os resultados elevados em cada uma das escalas refletem um uso mais frequente de práticas parentais associadas a um estilo parental democrático, autoritário ou permissivo (Miguel et al., 2009).

A Escala de Resiliência para Adultos avalia a resiliência na população adulta. A escala é constituída por 33 itens com respostas de diferenciação semântica, de modo a reduzir a tendência para a aquiescência e permite avaliar os recursos protetores que promovem a resiliência na idade adulta (Friborg, Hjemdal, Rosenvinge e Martinussen, 2003). Os itens são cotados de 1 a 7, sendo os itens (03; 06; 07; 08; 10; 11; 14; 15; 18; 19; 22; 23; 26; 28; 29; 31; 33) de cotação invertida, os resultados mais elevados reflete maiores níveis de resiliência. Em (Anexo V), encontra-se a sintaxe da cotação do teste, para o SPSS, enviada pelo autor que aferiu o instrumento para população portuguesa.

A Escala de Resiliência para Adultos a semelhança da versão original, a estrutura organiza-se em seis fatores de resiliência: competências pessoais (itens 01; 07; 13; 19; 25; 29), coesão familiar (itens 4; 10; 16; 22; 27; 31), recursos sociais (itens 5; 11; 17; 23; 28; 32; 33), competências sociais (itens 3; 9; 15; 21; 26; 30), estilo estruturado (itens 6; 12; 18; 24) e planeamento futuro (itens 02; 08; 14; 20).

No estudo referente à adaptação do instrumento à população portuguesa a ERA apresentou um alpha de Cronbach de 0.90. Relativamente aos fatores, o alpha de Cronbach variou entre 0,61 e 0,84. As correlações teste-reteste, variando entre 0,79 e 0,93 atestam a estabilidade temporal do instrumento. Os resultados dos estudos de validade são satisfatórios, o que certifica a possibilidade da sua utilização (Pereira et al., 2013).

2.5 Procedimentos formais e éticos

Para se proceder à recolha dos dados junto dos encarregados de educação das crianças que frequentam o primeiro ciclo foi solicitada autorização ao Diretor do Agrupamento de Escolas Domingues Sequeira de Leiria, onde foi explicada a investigação, os instrumentos utilizados, a garantia da confidencialidade dos dados, a privacidade e o respeito pelas pessoas. A resposta do Diretor do Agrupamento de Escolas Domingues Sequeira de Leiria encontra-se no documento assinado em (Anexo VI).

Através da direção da escola foi enviado aos participantes o consentimento informado por escrito onde estava descrito o objetivo do estudo e a garantia da confidencialidade dos dados, que posteriormente seria devolvido e assinado caso concordassem e acessem a colaborar com este estudo (Anexo VII). A colheita dos dados foi feita através de um protocolo de testes em que abrangia duas versões: a versão pai e a versão mãe tendo sido distribuídos aos encarregados de educação dos alunos que frequentaram o primeiro ciclo pertencente ao Agrupamento de Escolas Domingues Sequeira de Leiria. A entrega dos questionários e a sua recolha foi efetuada pela diretora da escola e realizada no mês de maio, tendo sido feito o levantamento dos mesmos pela investigadora quinze dias depois.

Toda a informação e dados recolhidos deste estudo foram apenas utilizados para o estudo, sendo assegurada a confidencialidade e o anonimato das respostas recolhidas. Para isso os instrumentos de avaliação não possuíam qualquer campo de identificação. Os instrumentos possuíam um código que permitiu fazer a união da correspondência entre o pai e a mãe; esse código garantiu que as respostas dadas a cada questionário pertenciam ao casal correspondente.

2.6 Análise e Tratamento dos Dados

Para tratamento dos dados estruturados recorreu-se à estatística descritiva e correlacional, através do Programa Statistical Package for Social Sciences 20,0 for Windows (SPSS for Windows).

Desta forma para sistematizar os resultados foram utilizadas as medidas estatísticas, as Medidas de Tendência Central, onde se inclui a Média, e as Medidas de Dispersão (Desvio Padrão $-\sigma$) e as Medidas de Frequência, representadas pelas Frequências Absolutas e Relativas, o valor Máximo e o valor Mínimo dependendo dos dados em questão.

Antes de se analisar as diferenças entre as variáveis dos pais e as variáveis das mães recorreu-se ao teste da normalidade (teste de Shapiro Wilk) para verificar se as variáveis apresentavam ou não distribuição normal. Verificamos que nem todas as variáveis apresentavam distribuição normal pelo que se optou por realizar os testes não paramétrico de Wilcoxon. Assim, os valores de significância (p-value) inferiores a 0,05 indicam a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os grupos.

Relativamente às perguntas de resposta aberta agrupamos as respostas em categorias e subcategorias.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo procedemos à apresentação dos resultados que serão alvo de uma análise detalhada dos mesmos, que são fruto de um tratamento estatístico dos dados recolhidos.

A) Caraterização da Amostra.

Participaram neste estudo ($n = 38$) casais, com filhos a frequentar o primeiro ciclo. Pela análise dos dados, observamos que a idade dos filhos situa-se entre 6 e 11 anos sendo que o valor da média é de 8,15 anos do primeiro filho. Observamos que a maioria dos progenitores que participaram nesta investigação é casada 92,1% ($n = 35$). As mães têm entre 27 e 47 anos com a média de 37,46 anos ($DP = 5,7$) e a idade dos pais situa-se entre os 30 e 50 anos com a média de 39,4 ($DP = 5,06$). A maioria dos inquiridos 78,9% ($n = 30$) tem mais de um filho, sendo que 21,1% ($n = 8$) só tem um filho.

No que respeita à área de residência dos progenitores, a amostra indica que 34,2% ($n = 13$) reside na cidade e 65,8 % ($n = 25$) na aldeia. Relativamente à situação profissional dos progenitores verifica-se pela análise dos dados que 86,8% ($n = 33$) do grupo dos pais possuem emprego, estando 13,2% ($n = 5$) desempregados. No grupo das mães, à semelhança

do grupo dos pais, 84,2% (n = 32) estão empregadas, e 15,8% (n = 6) não possuem emprego (tabela 1).

Tabela 1

Caraterização da amostra fase aos dados pessoais dos progenitores

Progenitor	n	%	Média	DP
Pai	38			
Mãe	37			
Madrasta	1			
Local Residência	n	%		
Cidade	13	34,2		
Aldeia	25	65,8		
Estado civil	n	%		
Casado	35	92,1		
Solteiro	2	5,3		
Viúvo	1	2,6		
Situação Profissional/Pai	n	%		
Empregado	33	86,8		
Desempregado	5	13,2		
Situação Profissional/Mãe	n	%		
Empregado	32	84,2		
Desempregado	6	15,8		
Existência de mais Filhos	n	%		
Sim	30	78,9		
Não	8	21,1		
Idades	n		Média	DP
Idade das Mães	13		37,46	5,73
Idade das Pais	14		39,42	5,06
Idade do 1º filho	38		8,15	1,28
Idade do 2º filho	30		9,16	6,61
Idade do 3º filho	3		11,00	14,73
Idade do 4º filho	1		23,00	

B) Caraterização da coparentalidade, dos estilos parentais e resiliência.

Em relação à coparentalidade na dimensão de cooperação a média do grupo dos pais é de 22,05 (DP = 1,95) sendo superior à média do grupo das mães 20,86 (DP = 3,14). Na dimensão da triangulação a média do grupo dos pais é de 4,50 (DP = 1,40) sendo ligeiramente inferior à média do grupo das mães 4,68 (DP = 1,37). Na dimensão do conflito, as médias de ambos os grupos têm o mesmo valor 11,26. É de salientar que a pontuação final obtida reflete as perceções que os pais têm um do outro relativamente ao desempenho das funções parentais e suporte mútuo e não às suas (tabela 2).

Tabela 2

Caraterização da amostra fase à coparentalidade

Perceção dos progenitores sobre a coparentalidade do outro progenitor	Pai		Mãe	
	Média	DP	Média	DP
Cooperação	22,05	1,95	20,86	3,14
Triangulação	4,50	1,40	4,68	1,37
Conflito	11,26	2,20	11,26	2,29

Para ser mais fácil de comparar, utilizamos sempre os scores médios podendo-se verificar que relativamente à autoavaliação dos estilos parentais os valores mais elevados encontram-se no estilo democrático tanto para os pais (média de 4,04; DP= 0,63) como para as mães (média de 4,23; DP= 0,44). No estilo autoritário a média do grupo dos pais é de 2,08 (DP= 0,34) sendo superior à média do grupo das mães 1,94 (DP= 0,32). No estilo permissivo a média do grupo dos pais é de 2,05 (DP= 0,54) sendo inferior à média do grupo das mães 2,11 (DP= 0,69).

Relativamente aos estilos parentais na perceção do outro, é igualmente no estilo parental democrático que a média é mais elevada tanto para os pais como para as mães (pais é de 4,32; DP= 0,53; e as mães com média de 4,03; DP= 0,69). É de salientar que a pontuação final obtida reflete os estilos parentais na autoavaliação e na avaliação percecionada pelo outro, relativamente ao estilo parental que cada um utiliza com maior frequência (tabela 3).

Tabela 3

Caraterização da amostra face aos estilos parentais referente ao Pai/Mãe e os percecionados pelo outro Pai/Mãe

Dimensões e estilos parentais	Na autoavaliação				Na heteroavaliação			
	Pai		Mãe		Pai		Mãe	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Democrático	4,04	,63	4,23	,44	4,32	,53	4,03	,69
Autoritário	2,08	,34	1,94	,32	2,19	,36	1,94	,42
Permissivo	2,05	,54	2,11	,69	2,18	,62	2,11	,75

Em relação à escala de resiliência para adultos no fator competências pessoais a média do grupo dos pais é de 31,92 (DP=5,78), sendo superior à média do grupo das mães 30,29 (DP=5,95). No fator coesão familiar a média do grupo dos pais é de 34,18 (DP=5,82), sendo superior à média do grupo das mães 32,94 (DP=5,63). No fator recursos sociais, a média do

grupo dos pais é de 40,0 (DP=6,20), sendo superior à média do grupo das mães 38,60 (DP= 8,18). No fator competências sociais a média do grupo dos pais é de 31,31 (DP= 6,05), sendo superior à média do grupo das mães 30,35 (DP= 5,59). No fator do estilo estruturado a média do grupo dos pais é de 19,68 (DP= 3,72), sendo ligeiramente superior à média do grupo das mães 19,67 (DP=4,21). No fator planeamento futuro a média do grupo dos pais é de 20,31 (DP= 4,41), sendo superior à média do grupo das mães 19,11 (DP= 3,55), tal como podemos ver (tabela 4).

Tabela 4

Caraterização da amostra face à resiliência dos progenitores

Escala de resiliência para adultos (ERA)	Pai		Mãe	
	Média	DP	Média	DP
Competências pessoais	31,92	5,78	30,29	5,95
Coesão familiar	34,18	5,82	32,94	5,63
Recursos sociais	40,00	6,20	38,60	8,16
Competências sociais	31,31	6,05	30,35	5,59
Estilo estruturado	19,68	3,72	19,67	4,21
Planeamento futuro	20,31	4,41	19,11	3,55

C) Dificuldades e as necessidades dos pais para desempenhar o seu papel parental.

Com este estudo pretende-se especificar quais as dificuldades parentais, sabendo que os pais se preocupam com a sua função parental e com as dificuldades sentidas pelos filhos.

Neste sentido colocaram-se duas questões que pensamos ser importantes para analisar neste estudo.

- 1) Que dificuldade encontra no seu papel de mãe/ pai?
- 2) Na sua opinião o que seria importante saber para poder desempenhar melhor o papel de mãe/pai?

Na primeira questão obtivemos 5 categorias, 19 subcategorias de respostas. De seguida apresentam-se as categorias e o número de vezes de cada categoria por pai e mãe:

Dificuldade na educação e na disciplina: 41 pais e 81 mães descreveram que sentem dificuldades quanto à educação dos seus filhos, como saber equilibrar afetos e disciplina, como impor as regras e os limites ou o dizer não quando é necessário e conseguir entender e compreendê-los.

Dificuldade na falta de tempo: 26 pais e 24 mães referiram a dificuldade que têm em ter mais tempo para poder acompanhar os filhos e de poder estar em família.

Dificuldades económicas: 6 pais e 5 mães relataram ter dificuldades a nível dos seus recursos financeiros, manifestando-se inseguros quanto ao seu futuro e ao futuro dos seus filhos.

Dificuldade na gestão emocional: 1 pai e 14 mães referiram a falta de paciência e tolerância para com os seus filhos, e a dificuldade que têm em gerir as emoções.

Falta de apoio do pai: 1 pai e 2 mães referenciam ausência por motivos de trabalho e falta de apoio do pai para educar os filhos (tabela 5).

Tabela 5

Distribuição das respostas dos pais à questão. Que dificuldade encontra no seu papel de mãe/ pai?

Categorias	Subcategorias	Pai	Mãe
		Nº	Nº
Dificuldade na educação e na disciplina	Saber educar	6	16
	Saber se a educação que dou aos meus filhos é a mais correta	6	16
	Conseguir ensinar, orientar e explicar as regras	6	16
	Saber o equilíbrio entre o afeto e o castigo	6	16
	Saber compreender e entender os filhos	4	6
	Saber como ajudar os meus filhos a ultrapassar as dificuldades	4	6
	Saber impor as regras e a autoridade, conseguir disciplinar os filhos	4	1
	Saber dizer não	4	1
	Saber lidar com a desobediência e teimosia	1	3
	Subtotal	41	81
Dificuldade na falta de tempo	Pouco tempo para poder estar em família	13	12
	Ter mais tempo para poder acompanhar os filhos	13	12
	Subtotal	26	24
Dificuldades económicas	Conseguir garantir um futuro na educação e no trabalho	3	2
	Dificuldade de não ter mais para poder dar às minhas filhas.	1	1
	É a falta de recursos financeiros	1	1
	Viver numa sociedade materialista, pouco justa e muito cruel	1	1
	Subtotal	6	5
Dificuldade na gestão emocional	Ser mais paciente e tolerante com os filhos	1	6
	Saber gerir as emoções		8
	Subtotal	1	14
Falta de apoio do pai	Falta de apoio do pai para educar o filho		2
	É estar ausente muito tempo porque trabalho no estrangeiro.	1	
	Subtotal	1	2
Total		75	126

Relativamente à opinião do pai e mãe sobre o que seria importante saber para poder desempenhar melhor o papel parental da análise das respostas obtivemos 4 categorias e 14 subcategorias de respostas. De seguida apresentam-se as categorias e o número de vezes de cada categoria por pai e mãe:

Saber conhecer melhor os seus filhos: 5 pais e 20 mães relataram que não existe livro de instruções, o que manifesta a dificuldade que têm em conhecer os seus filhos, e de desenvolver estratégias adequadas ao seu desenvolvimento nas várias fases da sua vida, com objetivo de promover a autonomia e a auto estima.

Saber se a educação que dão é a melhor: 3 pais 7 mães relataram que gostariam de saber se as atitudes que tomam hoje são as mais adequadas para um futuro melhor dos seus filhos.

Saber gerir as emoções: 1 pais e 7 mães descreveram a necessidade que sentem em saber gerir as suas emoções na sua relação com os seus filhos.

Informações várias: 3 mães manifestaram interesse em ter informação e formações sobre temáticas relacionadas com a educação e saúde dos seus filhos a nível pedagógico e psicológico (tabela 6).

Tabela 6

Distribuição das respostas dos pais à questão: Na sua opinião o que seria importante saber para poder desempenhar melhor o papel de mãe/pai?

Categorias	Subcategorias	Pai	Mãe
		Nº	Nº
Saber conhecer melhor os seus filhos	Não há receitas nem fórmulas		5
	Desenvolver estratégias para saber lidar com os nossos filhos		3
	Compreender o que será melhor para eles.	1	5
	Ajudar a crescer de uma forma positiva promovendo a auto estima	1	5
	Conhecer melhor os nossos filhos, saber o que mais gostam e quais as suas aptidões.	1	
	Saber compreender as várias fases da vida, ter a sabedoria de saber responder as perguntas dos nossos filhos	2	
	Saber resolver os problemas que surgem com os nossos filhos.		1
	Entrar na cabeça deles		1
	Subtotal	5	20
Saber se a educação que dão é a melhor	Saber se as decisões que tomo hoje são as melhores para o futuro dos nossos filhos	1	6
	Saber conseguir orientar melhor o futuro dos nossos filhos	2	1
	Subtotal	3	7
Saber gerir as emoções	Saber ter a calma e paciência suficiente para saber lidar melhor com o temperamento das crianças.	1	5
	Conseguir que me respeitem		1
	Saber encontrar o equilíbrio como ser uma boa mãe		1
	Subtotal	1	7
Informações várias	Ter acesso a informação e a formações sobre temáticas relacionadas com a educação, saúde e também nas áreas da psicologia.		3
	Subtotal		3
Total		9	37

D) Diferenças na coparentalidade entre os pais e as mães.

Relativamente às diferenças da coparentalidade entre os progenitores na percepção do outro, verificamos que existem diferenças com significado estatístico na dimensão cooperação.

Observamos que em 17 casais os pais em média percebem que as mães cooperam mais com eles do que as mães percebem sobre os pais ($p < 0,045$). Nas dimensões triangulação e conflito as diferenças não têm significado estatístico (tabela 7).

Tabela 7

Resultado da aplicação do teste *Wilcoxon* para analisar as diferenças entre os progenitores nas dimensões da coparentalidade

Questionário da coparentalidade (QC)		n	Mean Rank	wilcoxon	p
Cooperação/mãe Cooperação/pai	Negative Ranks	17	16,00	-2,008	,045
	Positive Ranks	10	10,60		
	Ties	9			
Triangulação/mãe Triangulação/pai	Negative Ranks	3	7,17	-1,442	,149
	Positive Ranks	9	6,28		
	Ties	26			
Conflito/mãe Conflito/pai	Negative Ranks	17	16,62	-,037	,971
	Positive Ranks	16	17,41		
	Ties	5			

F) Diferenças nos estilos parentais entre os pais e as mães.

Em relação às diferenças dos estilos parentais entre os progenitores na autoavaliação, verificamos que apenas existem diferenças com significado estatístico no estilo autoritário.

Observamos que em 21 casais os pais em média praticam com mais frequência o estilo parental autoritário do que as mães ($p < 0,049$).

Na escala de heteroavaliação, analisamos que existem diferenças com significado estatístico no estilo democrático e autoritário. Observamos que em 22 casais os pais avaliam a sua companheira em média a praticar com mais frequência o estilo parental democrático do que as mães avaliam os pais ($p < 0,021$). Analisamos também que em 24 casais, os pais avaliam a sua companheira, em média, a praticar com mais frequência o estilo autoritário do que as mães avaliam os pais ($p < 0,008$). Nos restantes tipos de estilos as diferenças entre os pais e as mães não apresentam significado estatístico (tabela 8).

Tabela 8

Resultado da aplicação do teste *Wilcoxon* para analisar as diferenças entre os progenitores nos estilos parentais na autoavaliação e heteroavaliação.

Questionário dos estilos e dimensões parentais (QEDP)		Autoavaliação				Heteroavaliação			
		n	Mean Rank	wilcoxon	p	n	Mean Rank	wilcoxon	p
Democrático/mãe Democrático/pai	Negative Ranks	10	15,70			22	17,61		
	Positive Ranks	19	14,63	-1,311	,190	10	14,05	-2,311	,021
	Ties	5				3			
Autoritário/mãe Autoritário/pai	Negative Ranks	21	16,57			24	15,92		
	Positive Ranks	10	14,80	-1,968	,049	7	16,29	-2,638	,008
	Ties	4				1			
Permissivo/mãe Permissivo/pai	Negative Ranks	16	13,50			17	18,59		
	Positive Ranks	15	18,67	-,635	,525	17	16,41	-,319	,750
	Ties	5				4			

G) Diferenças na resiliência entre os pais e as mães

Relativamente à resiliência dos pais e das mães verificamos que apesar das diferenças encontradas estas não têm significado estatístico (tabela 9).

Tabela 9

Resultado da aplicação do teste *Wilcoxon* para analisar as diferenças entre os progenitores nas dimensões da resiliência

Escala de Resiliência para adultos (ERA)		n	Mean Rank	wilcoxon	p
Competências pessoais/mãe Competências pessoais/pai	Negative Ranks	23	18,39		
	Positive Ranks	13	18,69	-1,417	,157
	Ties	1			
Coesão familiar/mãe Coesão familiar/pai	Negative Ranks	18	17,08		
	Positive Ranks	12	13,13	-1,553	,120
	Ties	5			
Recursos sociais/mãe Recursos sociais/pai	Negative Ranks	19	16,68		
	Positive Ranks	12	14,92	-1,355	,176
	Ties	6			
Competências sociais/mãe Competências sociais/pai	Negative Ranks	23	18,04		
	Positive Ranks	13	19,31	-1,291	,197
	Ties	1			
Estilo estruturado/mãe Estilo estruturado/pai	Negative Ranks	17	17,35		
	Positive Ranks	17	17,65	-,043	,966
	Ties	3			
Planeamento futuro/mãe Planeamento futuro/pai	Negative Ranks	17	17,12		
	Positive Ranks	14	14,64	-,846	,398
	Ties	4			

4. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Na discussão dos resultados pretende-se consolidar a análise que foi efetuada aos dados, sendo imprescindível que se refiram outros estudos que apoiem, ou não, os resultados. Iniciaremos a discussão pela caracterização da amostra que foi constituída por 38 casais com filhos a frequentar o primeiro ciclo, em que a média de idades do primeiro filho é de 8,15 anos, sendo a média de idades nos pais de 39,4 anos e nas mães de 37,4 anos. Verifica-se que 92,1%, dos casais estão casados, sendo que os restantes se encontram solteiros e viúvo (1 caso). Quanto ao número de filhos na amostra, cerca de 78,9% têm mais do que uma criança, tendo 21,1% apenas um filho. Sobre o local de residência o estudo indica que a maioria (65,8%) dos casais reside na aldeia. Quanto a situação profissional dos casais verifica-se que 84,2% das mães e 86,8% dos pais estão empregados.

Para este estudo definiu-se como objetivos avaliar as variáveis, coparentalidade, os estilos parentais e a resiliência, bem como analisar as diferenças do casal com filhos a frequentar o primeiro ciclo nas variáveis em estudo.

A coparentalidade é um processo pelo qual o pai e a mãe coordenam os seus papéis parentais, como se apoiam, ou não, e como gerem o conflito face à educação dos filhos. A coparentalidade tem sido associada ao comportamento dos pais nas suas interações conjugais e à responsabilidade conjunta pelo bem-estar da criança, sendo vista como um fator importante no desenvolvimento da criança e na qualidade da relação que esta estabelece com os pais (Kolak e Volling 2007). Na análise da coparentalidade os resultados refletem a perceção do progenitor sobre o outro, relativamente ao seu desempenho das suas funções parentais e suporte mútuo. O resultado indica que o valor da média mais alta nos progenitores é na dimensão cooperação em relação às médias da dimensão triangulação e conflito. Relativamente às diferenças na coparentalidade nos casais, verificamos que existem diferenças com significado estatístico na dimensão cooperação, pois observamos que os maridos percecionam as suas esposas como mais cooperantes do que as esposas percecionam os seus maridos.

Os valores elevados de coparentalidade, e especificamente na dimensão de cooperação, são importantes como promotores de comportamentos saudáveis dos filhos tal como nos demonstram os vários estudos efetuados. Schoppe, Mangelsdorf e Frosch (2001) no estudo que realizaram, observaram que a coparentalidade e as interações familiares se relacionam com problemas comportamentais dos filhos. Os seus resultados provaram que as estruturas familiares mais flexíveis e adaptáveis, e os altos níveis de coparentalidade e apoio,

encontram-se associadas a níveis mais baixos de comportamentos agressivos nos filhos ao passo que a coparentalidade negativa e estruturas familiares menos adaptativas ou disfuncionais, encontram-se mais associadas a problemas de comportamento agressivo. O estudo salienta a importância da qualidade da coparentalidade e como esta influência fortemente todo o sistema familiar e em especial os filhos, isto é, os níveis altos de coparentalidade estão associados com os níveis mais baixos de comportamentos agressivos nos filhos. Também os resultados do estudo de Kolak e Volling em (2013) salientam que os níveis altos de coparentalidade e de apoio parental são fatores de proteção, e que estão fortemente associados a uma melhor adaptação do primeiro filho à chegada de um novo irmão. Ainda referiram que as crianças mais reativas negativamente são mais sensíveis ao comportamento parental, sendo que os níveis baixos de coparentalidade e a falta de apoio, estão associados a fatores que são potenciadores na exibição do aumento de comportamento exteriorizado dos filhos com a chegada de um novo irmão.

O modo como a parentalidade é exercida nas famílias é explicado, em parte, pelos estilos parentais predominantes e pela qualidade da relação coparental (Coutinho, 2004; Pacheco et al., 2008).

Darling e Steinberg, (1993) referenciaram que os estilos parentais são um conjunto de atitudes que são comunicadas à criança e que criam um ambiente emocional em que os comportamentos dos pais são expressos e no qual se desenvolvem as relações entre pais e filhos. Coutinho (2004) afirma que é na qualidade dessa relação que se desenvolve o bem-estar afetivo da criança. Importa então conhecer as características e particularidades das ideias e comportamentos praticados pelos pais (Poletto e Koller, 2008). A forma como estes exercem a sua função parental pode variar tornando-se potenciadora de um desenvolvimento positivo ou, pelo contrário, de um desenvolvimento perturbador (Rocha, 2012). Desta forma torna-se necessário estudar os comportamentos parentais bem como as ideias que orientam a sua ação, dado que se convertem em poderosos determinantes no desenvolvimento emocional e cognitivo dos filhos (Poletto e Koller, 2008).

Na análise da autoavaliação dos estilos parentais os resultados refletem o estilo parental que os progenitores praticam com mais frequência na sua interação com os seus filhos. O resultado indica que o valor da média mais alta nos progenitores é o estilo parental democrático em relação às médias do estilo autoritário e permissivo. No estilo parental autoritário e permissivo observamos que o valor da média dos pais é mais alto no estilo autoritário do que o permissivo, ao contrário das mães que indica que o valor da média é mais alto no estilo permissivo do que o autoritário.

Em relação às diferenças dos estilos parentais nos casais, analisamos que existem diferenças com significado estatístico no estilo parental autoritário; observamos que os maridos são mais autoritários do que as suas esposas.

Na análise da heteroavaliação dos estilos parentais os resultados indicam a percepção do progenitor sobre o outro, observamos que o valor da média mais alta nos progenitores é o estilo parental democrático em relação às médias do estilo autoritário e permissivo. Relativamente ao valor da média nos estilos parentais autoritário e permissivo, os pais percebem as mães como sendo ligeiramente mais autoritárias do que permissivas, e as mães percebem os pais como mais permissivos do que autoritários.

Em relação às diferenças na heteroavaliação dos estilos parentais nos casais, verificamos que existem diferenças com significado estatístico no estilo democrático e autoritário. Observamos que os maridos percebem as suas esposas como sendo mais democráticas e autoritárias, do que as esposas avaliam os seus maridos.

Os resultados indicam que no estilo autoritário e permissivo, os progenitores têm uma perspectiva do outro, diferente em relação à forma como se avaliam. Nos casais, os pais avaliam-se mais autoritários do que permissivos e percebem as suas esposas também como mais autoritárias do que permissivas, ao contrário das esposas que se avaliam mais permissivas do que autoritárias e percebem os seus maridos como mais permissivos do que autoritários, o que indica que existem diferenças na forma como se avaliam em relação à forma como avaliam o outro.

Newman, Harrison, Dashiff e Davies (2008) numa pesquisa bibliográfica procuraram saber a influência do estilo parental na vida do adolescente, analisaram a qualidade da relação entre pais e filhos e o impacto significativo que ela tem no desenvolvimento de comportamentos de risco na saúde do adolescente. Concluíram que os jovens adolescentes com pais a praticar com mais frequência o estilo parental democrático, demonstraram consistentemente mais comportamentos seguros e menos comportamentos de risco, em comparação com os jovens adolescentes que tinham pais a praticar com mais frequência o estilo parental autoritário ou permissivo. Na mesma pesquisa referenciaram ainda que os comportamentos parentais relacionados com afetividade, comunicação familiar aberta e práticas disciplinares, pais com um elevado nível de exigência e um elevado nível de capacidade de resposta, predizem importantes mediadores na formação do adolescente, incluindo o desenvolvimento académico e o ajuste psicossocial.

No estudo de Zeinali et al., em (2011), observaram que o estilo parental democrático e permissivo está associado às relações afetivas seguras, enquanto estilo parental autoritário está associado às relações afetivas inseguras. Analisaram também que a relação insegura está relacionada com os níveis baixos de autorregulação, o que aumenta a dependência e tornará o adolescente mais suscetível ao vício, ao passo que a relação segura está relacionada com os níveis altos de autorregulação, o que diminui a dependência e os tornará menos suscetíveis ao vício. Concluíram que o estilo parental democrático e permissivo são estilos mais eficazes e estilo parental autoritário mais ineficaz em termos da suscetibilidade ao vício.

Antoni (2000) declara que os pais que adotam um estilo parental mais afetivo e responsivo e se mostram disponíveis para uma comunicação clara e aberta, assumindo uma postura de apoio face às necessidades dos filhos, potencializam o desenvolvimento da resiliência. Segundo a autora, os filhos resilientes possuem autoconfiança, acreditando que terão oportunidades na vida quanto ao seu futuro.

A resiliência acontece quando um indivíduo consegue superar ou adaptar-se a situações traumáticas ou de stresse, com a possibilidade de construir novos caminhos. O ser resiliente solicita mudança para enfrentar de forma adequada as adversidades (Simões, 2007).

Na resiliência o resultado indica que o grupo dos pais tem o valor das médias mais altas em todos os fatores, em relação ao valor das médias do grupo das mães, o que indica que os pais avaliam-se como mais resilientes do que as mães. Relativamente às diferenças de resiliência entre os casais verificamos que estas não têm significado estatístico.

Relativamente às áreas das dificuldades e necessidades dos pais para desempenhar o papel parental, verificamos que os progenitores manifestaram mais dificuldade na educação e na disciplina. Descrevem que sentem dificuldades quanto à educação dos seus filhos, como saber equilibrar afetos e disciplina, como impor as regras e os limites ou o dizer não quando é necessário, e conseguir entender e compreendê-los.

Strech (2008) afirma que os filhos que crescem sem noção de regras e limites são sempre mais desprotegidos e têm um maior risco de falha a nível escolar. Normalmente estes filhos manifestam comportamentos desadequados como aparência de força, procurando dominar, impondo-se, chegando mesmo a manipular os outros de uma forma extremamente impulsiva. Na realidade são pessoas frágeis e muito vulneráveis e insatisfeitas, revelam-se incapazes de lidar com adversidade.

A dificuldade com a imposição de regras e de limites são características do estilo parental permissivo, que, segundo este estudo, nos permite observar que apesar dos progenitores se avaliarem a praticarem com mais frequência o estilo parental democrático, as mães revelaram

praticar com mais frequência o estilo parental permissivo do que o autoritário, enquanto os pais são mais autoritários do que permissivos; o que corrobora a dificuldade que sentem no saber educar e disciplinar.

A construção de regras e limites organiza as crianças na sua coesão interna e nas barreiras que estabelecem com o exterior. Desenvolve nas crianças capacidade de autocontrolo e as reações são mais moderadas quanto às frustrações, o que promove uma maior satisfação pessoal nas suas vivências diárias e nas suas relações com os outros (Strech, 2008).

Nos resultados deste estudo, os progenitores referenciaram a falta de tempo para estar com os filhos e com a família. Strech em (2008), elucida-nos que esta questão é profundamente social e que condiciona de forma muito clara a disponibilidade dos progenitores em poderem acompanhar os seus filhos em idade escolar. Acrescenta ainda que existem pais que mesmo dispondo de possibilidade e de poder estar mais presentes na vida dos seus filhos optam por os preencher de forma exagerada com atividades extra curriculares, investindo assim na educação e crescimento dos seus filhos, passando mais por fatores externos do que por eles próprios, realimentando assim a lógica social do consumismo ou da falsa preparação para o sucesso numa sociedade competitiva. Segundo o autor existem estudos que nos indicam que crianças que são mais acompanhadas pelos seus progenitores e que estão mais tempo com os seus familiares revelam comportamentos mais adequados e mais capacitadas tanto a nível emocional como a nível intelectual.

A parentalidade implica um investimento a nível emocional que cada um tem de fazer por si próprio neste seu papel, exigindo ao casal uma adaptação de identidade, quer conjugal, quer individual (Leal e Maroco, 2010).

Observamos também que as mães manifestaram mais dificuldade na área da gestão emocional do que os pais, tendo mencionado que têm dificuldade em gerir as suas emoções, referindo a falta de paciência e tolerância que sentem para com os seus filhos; no entanto revelaram vontade de querer saber como as gerir na sua relação com os seus filhos.

De acordo com Strech (2002), um dos grandes desafios é o de ser pais com a capacidade de fornecer experiências emocionais aos filhos de qualidade que são a base para o crescimento de sentimentos de segurança, suporte e pertença. Isto é, criar uma cultura de compreensão do mundo interior, da vida emocional dos seus filhos. Um bom desenvolvimento emocional depende da qualidade de vínculo da criança aos seus pais. É através do tipo de vinculação que se compreende a capacidade da criança em estabelecer relações com boa qualidade afetiva junto daqueles que a rodeiam.

A dificuldade relatada no estudo ao nível da gestão emocional é reveladora da necessidade que sentem quando declaram que precisam de conhecer melhor os seus filhos, referindo que não existe “livro de instruções”, e que sentem a necessidade de desenvolver estratégias adequadas que lhes possam dar competências para os ajudar nas várias etapas da sua vida com o objetivo de lhes promover autonomia e auto estima. Poletto e Koller (2008) referenciam que as famílias que apresentam coesão, apoio, estabilidade, relações permeadas de afeto, equilíbrio, disciplina e poder consistente e de cuidados adequados, potenciam a autonomia e auto estima.

Os progenitores expressaram ainda a necessidade que sentem em saber se a educação que dão aos seus filhos é a mais adequada ou não.

As dificuldades económicas foram também referenciadas. A falta de recursos financeiros é uma constante preocupação quanto a si e ao futuro dos seus filhos. Podemos observar que através da análise das respostas dos progenitores, as dificuldades manifestadas são potenciadoras das necessidades reveladas, aumentando sentimentos de ansiedade e insegurança, os quais fazem sentir a necessidade de encontrar respostas para fazer face às suas dificuldades.

Conclusão

O presente trabalho procurou contribuir para um maior conhecimento da parentalidade e resiliência e das dificuldades e necessidades dos pais para desempenhar o papel parental.

Assim, pretendeu-se fazer um enquadramento teórico que facilitasse a justificação para a importância de se investigar a relação entre as variáveis em estudo. Isto é, procurou-se demonstrar como as diferentes variáveis se influenciam e se relacionam entre si. Igualmente procurou-se referenciar a importância das relações familiares e como influenciam o desenvolvimento dos filhos. Seguidamente foi realizado a caracterização do processo metodológico utilizado neste estudo, incluindo ainda, a caracterização da amostra e a apresentação dos principais resultados.

O presente estudo pretendeu avaliar a coparentalidade, os estilos parentais, a resiliência nos progenitores e quais as diferenças no casal, bem como avaliar as dificuldades e necessidades dos progenitores em desempenhar o seu papel parental.

Concluí que os progenitores são mais cooperantes e praticam com mais frequência o estilo parental democrático. Quanto às diferenças no casal, o marido percebe a sua esposa como mais cooperante do que a esposa percebe o seu marido.

No estilo parental, o marido pratica com mais frequência o estilo parental autoritário e percebe a sua esposa a praticar com mais frequência o estilo parental democrático e autoritário.

Na resiliência, o estudo indica que não existem diferenças no casal, mas em relação às médias, os maridos têm média superior comparada com a média das suas esposas.

Relativamente às principais áreas das dificuldades dos progenitores salientamos a dificuldade quanto à educação e disciplina, falta de tempo, dificuldades económicas, gestão emocional, e falta de apoio do pai. Por outro lado os pais necessitam de saber conhecer melhor os seus filhos, saber se a educação que dão é a melhor e de saber gerir as emoções.

Em suma toda esta informação leva-nos a considerar que a necessidade de ouvir as pessoas quanto às suas dificuldades é fundamental para se poder fazer qualquer intervenção a nível psicológico. A intervenção deve ser definida a partir do que as pessoas sentem, pensam ou como se comportam, na medida que sabemos que toda a formação ou informação que não é sentida como necessária não é valorizada nem considerada (Algarvio e Leal, 2004).

Os autores referem que as dificuldades associadas à função parental provocam sentimentos de ansiedade nos pais, os quais sentem a necessidade de encontrar respostas para fazer face às suas necessidades. O impacto que a instabilidade emocional dos pais tem na vida dos filhos e as suas dificuldades, devem de ser analisadas e clarificadas. Aqui torna-se relevante o papel do psicólogo na família tanto a nível da intervenção como a nível da prevenção.

A parentalidade é um tema que tem muito para explorar, pelo que é importante compreender as relações familiares, bem como as dificuldades, necessidades e as potencialidades dos pais para com os seus filhos. Assim, seria pertinente a realização de estudos qualitativos que atendam a questões que permitam avaliar a frequência e a intensidade das dificuldades, necessidades e potencialidades parentais, tendo em conta as formações e intervenções de acordo com as suas dificuldades e necessidades sentidas, dando respostas aos progenitores com o objetivo de os informar promovendo competências parentais.

Seria igualmente importante que para além dos pais pudessem fazer parte do estudo os filhos para que se pudesse comparar as variáveis agora estudadas com o comportamento dos filhos à semelhança de outros estudos já realizados noutros países.

Na área de intervenção era necessário intervir junto dos pais e dos filhos realizando programas de educação parental, atuando nomeadamente na perceção do outro, pois a forma como se avaliam é diferente da forma como o seu conjugue o avalia; atuar ao nível da

educação e disciplina, ajudando os pais a saber como impor as regras e limites ou o dizer não quando é necessário. A nível da gestão emocional ajudando a desenvolver estratégias adequadas com o intuito de os apoiar nas várias etapas do desenvolvimento dos seus filhos, com o objetivo de promover a capacidade de responder à necessidade de conhecer melhor os seus filhos.

Como em qualquer estudo, também a presente investigação revela limitações, nomeadamente ao nível da dimensão da amostra que não é representativa das famílias do Distrito de Leiria. Esta foi uma das dificuldades do trabalho, conseguir a participação dos progenitores, pelo que será um ponto a considerar para próximos estudos.

Referências bibliográficas

- Alarcão, M. (2006). *(Des) equilíbrios familiares*. Coimbra: Editora Quarteto.
- Algarvio, S., e Leal, I. (2004). Preocupações parentais: validação de um instrumento de medida. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 5 (2), 145-158. Acedido em 1, Abril, 2014, em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/psd/v5n2/v5n2a02.pdf>
- Almeida, L., e Freire, T. (2008). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação* (5º ed.). Braga: Psiquilibrios edições.
- Antoni, C., (2000) *Vulnerabilidade e resiliência familiar na visão de adolescentes maltratadas*. Dissertação de mestrado, não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Barroso, R. G., e Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade *Psychologica*, 52 (1), 211-229. Acedido em 6, Maio, 2014, em <http://iduc.uc.pt/index.php/psychologica/article/viewFile/996/445>
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37(4), 887-907. Acedido em 6, Maio, 2014, em <http://persweb.wabash.edu/facstaff/hortonr/articles%20for%20class/baumrind.pdf>
- Baumrind, D. (1991). The influence of parenting style on adolescent competence and substance use. *Journal of Early Adolescence*, 11 (1), 56-95. Acedido em 6, Maio, 2014, em <http://pt.scribd.com/doc/99124578/Baumrind-The-Influence-of-Parenting-Style-on-Adolescent-Competence-and-Substance-Use>
- Brandão, J. M., Mahfoud, M., e Gianordoli-Nascimento, I. F. (2011). A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. *Paidéia*, 21(49), 263-271. Acedido em 1, de Maio, 2014, em <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v21n49/14.pdf>
- Campos, D., e Cruz, O. (2011). Questionário de estilos parentais (QEP) revisitado. *Artigo em Livro de Atas de Conferência Internacional* 1641-1654. Acedido em 15, Abril, 2014, em <http://hdl.handle.net/10216/57265>
- Connor, K. M. (2006). Assessment of resilience in the aftermath of trauma. *Journal of Clinical Psychiatry*, 67(2), 46-49. Acedido em 15, Abril, 2014, em http://breathofhopefoundation.org/articles/v67s0207_Resilience.pdf
- Coutinho, M. T. B. (2004). Apoio à família e formação parental. *Análise Psicológica*, 22 (1), 55-64. Acedido em 15, Abril, 2014, em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v22n1/v22n1a06.pdf>

- Dessen, M. A., e Polonia, A. D. C. (2007). A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, 17(36), 21-32. doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003. Acedido em 20, Abril, 2014, em <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>
- Darling, N., e Steinberg, L. (1993). Parenting Style as Context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487-496. doi: 10.1037/0033-2909.113.3.487. Acedido em 2, Abril, 2014, em <http://www.oberlin.edu/faculty/ndarling/lab/psychbull.pdf>
- Falcke, D., Rosa, L. W. D., e Steigleder, V. A. T. (2012). Estilos Parentais em Famílias com Filhos em Idade Escolar. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 5 (2), 282-293. Obtido em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v5n2/v5n2a08.pdf>
- Feinberg, M. E. (2002). Coparenting and the transition to parenthood: a framework for prevention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 5 (3), 173-195. Acedido em 1, Abril, 2014, em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3161510/>
- Feinberg, M. E. (2003). The Internal Structure and Ecological Context of Coparenting: A Framework for Research and Intervention. *Parenting: Science and Practice* 3 (2), 95-131. Obtido em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3185375/>
- Fortin, M. (2003). *O Processo de Investigação* (3ª ed.). Bairro de S. Francisco, Camarate: Lusociência.
- Friborg, O., Hjemdal, O., Rosenvinge, J. H., e Martinussen, M. (2003). A new rating scale for adult resilience: What are the central protective resources behind healthy adjustment? *International Journal of Methods in Psychiatric Research*, 12(2), 65-76. Acedido em 1, de Maio, 2014, em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12830300>.
- Kolak, A. M., e Volling, B. L. (2007). Parental Expressiveness as a Moderator of Coparenting and Marital Relationship Quality. *Family Relations*, 56(5), 467-478. doi: 10.1111/j.1741-3729.2007.00474.x. Acedido em 3, de Junho, 2014, em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2598778/>
- Kolak, A. M., e Volling, B. L. (2013). Coparenting moderates the association between firstborn children's temperament and problem behavior across the transition to siblinghood. *Journal of family psychology*, 27 (3), 355-364 doi: 10.1037/a0032864. Acedido em 3, de Junho, 2014, em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3698979/>
- Houzel, D. (2004). As implicações da parentalidade. In: Solis-Ponton, L. (Org.). *Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. (pp.46-51). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Laranjeira, C. A. S. (2007). Do vulnerável ser ao resiliente envelhecer: revisão de literatura. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 23(3), 327-332. Acedido em 1, de Junho, 2014, em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n3/a12v23n3>
- Leal, I. e Maroco, J.(2010). *Avaliação em Sexualidade e Parentalidade*. Livpsic
- Lewis, L. R. M., Searle, A. K., Sawyer, M. G., Baghurst, P. A., e Hedley, D. (2013). Resource factors for mental health resilience in early childhood: An analysis with multiple methodologies. *Child and adolescent psychiatry and mental health*, 7(1), 6. doi: 10.1186/1753-2000-7-6. Acedido em 7, de Junho, 2014, em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3598384/>
- Margolin, G., Gordis, E. B. e John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3-21. Acedido em 7, de Abril, 2014, em <http://psycnet.apa.org/index.cfm?fa=buy.optionToBuy&id=2001-14760-001>
- Miguel, I., Valentim, J. P., e Carugati, F. (2009). Questionário de estilos e dimensões parentais-versão reduzida: adaptação portuguesa do Parenting Styles and Dimensions Questionnaire–short form. *Psychologica*, (51), 169-188. Acedido em 5, de Abril, 2014, em <http://193.136.6.118/handle/10316.2/5468>
- Newman, K., Harrison, L., Dashiff, C., e Davies, S. (2008). Relationships between parenting styles and risk behaviors in adolescent health: an integrative literature review. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 16(1), 142-150. Acedido em 7, de Junho, 2014, em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18392544>.
- Oliveira, M. A., Reis, V. L., Zanelato, L. S., e Neme, C. M. (2008). Resiliência: análise das publicações no período de 2000 a 2006. *Psicologia: ciência e profissão*, 28 (4), 754-767. Acedido em 7, de Maio, 2014, em <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v28n4/v28n4a08.pdf>
- Pacheco, J. B., Silveira, L. B. e Schneider, A. A (2008). Estilos e práticas educativas parentais: análise da relação desses construtos sob a perspectiva dos adolescentes. *Psico*, 39 (1), 66-73. Acedido em 8, Abril, 2014, em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1480/2797>
- Pereira, M., Cardoso, M., Alves S., Narciso, I., Canavarro, M., C. (2013) *Estudos preliminares das características psicométricas da Escala de Resiliência para Adultos (ERA)*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação Editora: Associação Portuguesa de Psicologia. Acedido em 1, de Maio, 2014, em <http://hdl.handle.net/10316/23602>

- Pesce, R. P., Assis, S. G., Santos, N., e Oliveira, R. D. (2004). Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 20 (2), 135-143. Acedido em 1, de Maio, 2014, em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n2/a06v20n2.pdf>
- Pinheiro, D. P. N. (2004). A resiliência em discussão. *Psicologia em Estudo*, 9 (1), 67-75. Acedido em 1, de Maio, 2014, em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n1/v9n1a09.pdf>
- Prati, L. E., e Koller, S. H. (2011). Relacionamento conjugal e transição para a coparentalidade: perspectiva da psicologia positiva. *Psicologia Clínica*, 23(1), 103-118. doi.org/10.1590/S0103-56652011000100007. Acedido em 20, de Maio, 2014, em <http://www.scielo.br/pdf/pc/v23n1/a07v23n1.pdf>
- Poletto, M., e Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de psicologia*, 25 (3), 405-416. doi.org/10.1590/S0103-166X2008000300009. Acedido em 20, de Maio, 2014, em <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n3/a09v25n3.pdf>
- Reis, G. M. R. (2007). *Expetativas dos Pais Durante a Hospitalização da Criança* Dissertação de mestrado não publicada, Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto. <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7262>
- Rocha, C. F. (2012) *Stress Parental em Pais de Crianças Hospitalizadas: influência de variáveis socio demográficas e clínicas* Dissertação de mestrado não publicada, Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico de Viseu.
- Schoppe, S., Mangelsdorf, S. C. e Frosch, C. A. (2001). Coparenting, family process, and family structure: implications for preschoolers externalizing behavior problems. *Journal of family Psychology*, 15(3), 526- 545. Acedido em 1, de Junho, 2014, em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11584800>
- Simões, M. C. (2007). *Comportamentos De Risco Na Adolescência*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian
- Strecht, P. (2002). *Interiores. Uma ajuda aos pais sobre a vida emocional dos filhos*. (2º edição). Lisboa: Assírio & Alvim.
- Strecht, P. (2008). *A Minha Escola Não é Esta. Dificuldades de aprendizagem e comportamento em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Weber, L. N. D., Prado, P. M., Viezzer, A. P., e Brandenburg, O. J. (2004). Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17 (3), 323-331. Acedido em 1, de Abril, 2014, em <http://www.scielo.br/pdf/prc/v17n3/a05v17n3.pdf>

- Vilelas, J., Lucas, I., Silva, I. S., Nunes, A. P., Neves, I. C., (2013). Escala de Fatores de Resiliência de Takviriyanun: Propriedades Psicométricas da Versão Portuguesa. *Pensar Enfermagem*, 17 (1). Acedido em 6, de Abril, 2014, em http://pensarenfermagem.esel.pt/files/PE17-1_2_16.pdf
- Zeinali, A., Sharifi, H., Enayati, M., Asgari, P., e Pasha, G. (2011). The mediational pathway among parenting styles, attachment styles and self-regulation with addiction susceptibility of adolescents. *Journal of research in medical sciences: the official journal of Isfahan University of Medical Sciences*, 16(9), 1105-1121. Acedido em 10, Junho, 2014, em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3430035/>